

PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

Uma nota prévia para referir, que de entre o Património Construído relevante serão apresentados não só os edifícios monumentais, como alguns de equipamentos importantes da terra, mas também algumas construções habitacionais interessantes.

No que diz respeito a esta última área, chama-se a atenção para o facto da maior parte do Património Habitacional existente na aldeia ser datado no século XIX e primeiro quartel do século XX, por o terramoto de 1755 ter destruído completamente as casas do aglomerado. Acrescente-se que essas construções foram praticamente todas concretizadas por Estoenses residentes, algumas com dinheiros conseguidos na Argentina para onde se emigrou muito nessa época e onde no princípio do século XX moravam mais Estoenses do que no próprio torrão de origem. A apresentação, como é lógico, não pode ser exaustiva.

Das habitações mandadas construir pela antiga nobreza Fareense detentora da grande propriedade da terra, parte da qual nos séculos XVII e XVIII se fixou no campo e ruralizou, que se localizavam fundamentalmente dentro das suas quintas, são de destacar as que ainda se encontram preservadas, o Palácio de Esto e a Quinta da Horta Nova. Do restante, a casa da Quinta da Bemposta, desapareceu nos anos oitenta, para dar origem a um novo edifício da “Estalagem Moleiro”, hoje em dia “Lar da Bemposta”. As casas da Quinta da Alcaria Branca, que ainda em meados do século XIX possuíam a “Ermida da Senhora da Oliveira” e eram propriedade do Alferes António Palermo de Faria, porque desabitadas, degradaram-se e caíram em ruínas. A casa da Quinta do Rosal, que até meados do século XX teve grande tradição, nomeadamente porque nela se realizaram grandes festas por parte da família Corvo, está desabitada e degradada, aguardando eventual recuperação através da sua adaptação ao Turismo Rural. A casa da Quinta de Guelhim, propriedade da família Cabeçudo na segunda metade do século XIX e habitada e cuidada até ao seu falecimento no início dos anos setenta do século XX, pelo seu descendente José Palermo de Faria Júnior, foi posteriormente dividida e sofre de degradação. As casas das famílias Palermo e Ferreto localizadas na Torre, sítio de Guelhim, apresentam-se descuidadas e degradadas, correndo risco de ruína. As casas da família Carvalhal localizadas dentro da aldeia, na ala nascente da Rua da Igreja, desapareceram para dar origem a novas edificações na segunda metade do século XIX.

1- Ruínas Romanas de Milreu

Nos séculos I e II a. C., assistiu-se à concretização de melhoramentos da tecnologia agrícola por todo o Império Romano,

visando dar condições às populações e tropas, que eram mantidas nos territórios ocupados. As villas rústicas eram centros onde se fazia a exploração agrícola e mas também residência. Nos séculos II e III d. C., os grandes proprietários agrícolas começaram a instalar-se no campo e as áreas habitacionais das villas ganharam uma expressiva dimensão e riqueza, sendo decoradas com mosaicos, mármore e até estatuária.

A villa romana de Milreu, originada certamente no século I, época de crescimento económico da Hispânia e Lusitânia, sofreu precisamente esse percurso e nos séculos II e III terá sido alvo de intervenções que a transformaram num edifício de luxo.

Desde início, o acesso à villa foi efectuado pelo lado nascente. Aliás, sabe-se que a via romana que saía de Ossónoba – Faro para norte, em direcção à actual zona de S. Brás de Alportel, vinha por um percurso correspondente à actual estrada da Penha, Conceição, Laranjeiro, Vale da Rosa, entrando na actual Estoi pela actual Travessa que liga a Rua Prof. Amílcar Quaresma à Rua Vasco das Gama e daí seguindo, para norte em direcção à fonte da aldeia localizada na parte alta do aglomerado urbano e por outro lado em direcção a S. Brás pela encosta da Bemposta, atravessando a ribeira na zona de Vale de Joio, passando a outras Villae localizadas neste vale fértil em direcção à actual São Brás de Alportel onde subia a actual Calçadinha Romana. Em Estoi, desta última via, sairia um outro ramal, para poente, que levava directamente à Villa de Milreu. Junto a esta última via à distância de uns 70 metros da residência foram implantadas, como era habitual, dois mausoléus funerários para a família, um dos quais possuía um templo e era destinado a uma dúzia de urnas cinerárias e o outro tinha uma câmara destinada a um sarcófago e a poente da villa, para lá do leito da ribeira localizava-se o cemitério dos servos, alguns dos quais identificáveis pelas placas funerárias encontradas. A parte agrícola situava-se para norte dessa via de acesso. As edificações, desde a sua construção inicial, incluíam os alojamentos para criados e lagares de azeite e vinho. A zona do lagar de azeite, em Milreu, é uma impressionante sala com 27 metros de comprimento, onde se encontram os restos de 5 prensas e dois outros compartimentos, onde estavam 36 talhas destinadas a guardar o precioso líquido, muitas das quais ainda se encontram intactas. No que diz respeito ao lagar de vinho, são ainda visíveis os tanques da pisa da uva e do mosto e a sua dimensão pressupõe uma vinha com uma área de cerca de 5 ha, cuja produção era certamente destinada a exportação. Do mosto prensado, temperado com rosmaninho obtinha-se um vinho afamado, a que atribuíam virtudes terapêuticas e que era famoso na Antiguidade. Em Milreu, foram encontrados restos de talhas de barro onde o vinho depois de fermentado em tanques era posteriormente armazenado.

No século II, houve um programa de obras na área residencial principal, que fez surgir um atrium na entrada nascente do edifício, uma sala com 12,50x9 m, dotada de uma fonte com repuxo no

centro e um peristilo com 24,30x28 m, pátio central da residência, com o seu jardim rodeado por uma ala com uma largura de 3 metros, pavimentada a mosaico de desenho simples. As intervenções na residência principal prolongaram-se pelos séculos III e IV, demonstrando o enriquecimento e a elevação social ocorrida na família. O peristilo foi dotado de uma galeria porticada, inicialmente com colunas de tijolo estucadas e posteriormente substituídas por outras em mármore, os mosaicos dos pavimentos foram sobrepostos por outros de desenho artístico mais complexo, com motivos marinhos e que certamente foram concretizados por uma oficina destacada da Hispânia. Foram construídos novos aposentos residenciais, nomeadamente um triclinium (sala de refeições) com 10x12 m, termas, com 32x31 m, uma nova entrada, passando o atrium original a fazer parte da zona mais íntima reservada à família e a villa foi totalmente redecorada, passando a ter no seu acervo estatuária imperial. Na fase final destas obras foi construído frente à casa um grandioso templo de desenho arquitectónico erudito, com uma área de 31x24,50 m e uma cénica superior aos 10 m, elevado sobre um pódio, decorado com um friso parietal contínuo em mosaico figurativo de motivos marinhos, com um comprimento de cerca de 50 metros, que era sobreposto por uma galeria suportada por uma colonata em mármore, com capitéis coríntios. O interior do templo tinha o pavimento e as paredes revestidas a placas de mármore e as abóbadas dos tectos decoradas com mosaicos com tecelas de vidro coloridas e com aplicações de folha de ouro. Tendo sido proibidos os cultos pagãos no tempo do Imperador Teodósio (379/395), este templo, se foi dedicado na sua génese ao culto das águas, como oficialmente é considerado, terá sido muito rapidamente reconvertido ao cristianismo. Acrescente-se, contudo, que há investigadores que o consideram uma construção cristã, há semelhança de outras construções basilicais cristãs surgidas nos finais do século IV nas villae do sul de Portugal, como a de Torre de Palma, São Cucofate ou Vila Verde de Ficalho. Esta última teoria não seria despropositada, visto a Ibéria ter sido das primeiras regiões por onde se espalhou o Cristianismo e o Bispo de Ossónoba ter sido dos primeiros do mundo cristão, participando nessa condição dos concílios do séc. IV.

Os mosaicos e a estatuária, encontrados em Milreu, são de excepcional qualidade. Destacam-se, os mosaicos figurativos, com motivos marinhos implantados na galeria do peristilo e no soco do templo e na parte da estatuária, os bustos da imperatriz Agripina, mãe de Nero, do Imperador Adriano (nascido na Andaluzia), do Imperador Galieno, de Dionísio e o de Júlia. É de realçar que esta última peça é classificada pelo Museu Nacional de Arqueologia, de cujo acervo faz parte, como "Tesouro Nacional". A sua beleza não tem escapado à atenção de vários escritores, que lhe têm dedicado peças literárias, nomeadamente a Jorge de Sena que lhe dedicou um poema, intitulado "Cabecinha Romana de Milreu", publicado em 1963, em "Metamorfoses", alvo de tradução em língua inglesa, publicada

nos Estados Unidos em 1780 e agora consagrado num painel em azulejo numa das ruas da aldeia de Estoi, em homenagem ao escritor concretizada pela Junta de Freguesia de Estoi.

Pelo espólio encontrado, pode seguramente afirmar-se que a vila foi habitada por romanos até ao séc.V. Uma piscina baptismal existente dentro do recinto do templo, do lado poente, é já da época Visigótica e seguramente datada do séc. VI. No séc. VIII dá-se a invasão berbere da Península e a constituição do Califado de Córdoba, estendendo-se o domínio islâmico ao sul de Portugal. Embora na região as elites romano-cristãs continuassem a ser o estrato social mais dominante, é importante referir que as inscrições islâmicas, encontradas no fuste de uma coluna do templo de Milreu, referindo-se a uma família al-Hammi, cuja tradução significa “das caldas” e ainda alguns “Cádis”, grandes vasos de provisões e restos de talhas decoradas da época islâmica, comprovam o povoamento de Milreu pelo menos até inícios do séc. X e nesta última fase por família islâmica.

Da época após a Reconquista foram encontradas em Milreu moedas datadas dos séculos XIII e XV. A edificação chamada de “Casa Rural”, sobreposta às ruínas de algumas divisões da villa romana, um edifício rectangular de cunhais cilíndricos, que são torres providas de frestas para tiro, é “oficialmente” datada do início da Idade Média, eventualmente do séc. XIV. Existem, porém, investigadores que a consideram mais antiga e como sendo um templo cristão moçárabe, à semelhança de outros de arquitectura similar, espalhados por todo o Alentejo. Do que não haverá dúvida é de que ele constitui o mais bem conservado exemplo da arquitectura civil fortificada existente no Algarve.

Nas duas últimas décadas têm sido concretizadas várias acções de conservação e beneficiação do “Sítio de Milreu”, nomeadamente a construção de um Centro de Acolhimento e Interpretativo, que muito têm contribuído para a valorização deste monumento, o mais importante da freguesia.

2 – Palácio de Estoi

Apontamentos para a sua história

Ao chegar a Estoi o visitante é encaminhado quase obrigatoriamente para o seu “centro cívico” o Largo da Liberdade, onde a Igreja Matriz com a sua escadaria de acesso e fachada neoclássica impressionantes dominam o ambiente. Olhando com um pouco mais de tempo, vemos ainda as esplanadas dos cafés, algumas casas de boa traça, dois fontanários e ao fundo assinala-se um pórtico majestoso com portão,

que nos confirmam ser da entrada do “Jardim”. É este o nome pelo qual a população local ainda hoje conhece o Palácio de Estoi, por muitos, considerado a “Queluz do Sul”, cuja construção remonta aos finais do século XVIII.

A razão de ser da fundação deste palácio provém dos largos rendimentos do Morgado Francisco José Moreira de Brito Pereira do Carvalho e Vasconcelos, nascido em Tavira, em 1756, Fidalgo de Cota de Armas do Algarve, descendente de algumas das mais importantes famílias de Antiga Nobreza de Portugal, filho mais velho de Fernando José de Seabra Neto, Mestre de Campo de Infantaria Auxiliar da Comarca de Tavira (filho de Baltazar Rodrigues Neto, Capitão-Mor de Faro) e de Mariana Josefa Vitória de Brito e Castanheda, naturais de Portimão.

A exemplo de seus progenitores, Francisco José Moreira de Brito Pereira do Carvalho e Vasconcelos, estava destinado a seguir uma carreira militar e política, pelo que, a 2 de Abril de 1777, com 20 anos de idade, entrava como Cadete no Regimento de Faro, comandado pelo Coronel Jacques Filipe de Landercet.

Nesse mesmo ano ter-se-á, provavelmente, mudado para a Corte e começa a delinear uma vertiginosa ascensão social. Casa, passado um ano, à data de 23 de Outubro de 1778, com D. Rita Efigénia de Lima Botado e Almeida, Açafta da Rainha D. Maria.

O ano de 1779 foi muito importante para Francisco José, pois a petição apresentada à Rainha, após o seu casamento com D. Rita Efigénia, para uso de Brasão de Armas de Nobres e Antigos Fidalgos seus Antepassados, foi deferido favoravelmente e passada a respectiva carta de armas a 27 de Julho daquele ano, um processo de nobilitação que o dava como descendente de “pessoas distintas e de nobreza conhecida per sy e seus Ascendentes, tratandoce com cauallos e criados, seruindo no Politico e Mellitar os postos destinados”, pertencendo a “huma nobreza muito distinta e careficada do Reyno”, com o reconhecimento, a 11 de Março de 1779, da sua ascendência legítima “das famílias dos Apelidos de Pereyras, Vasconcellos, Carvalhaes e Ozorios”. Tomou o hábito de Cristo na catedral de Faro em 20 de Novembro, sendo armado cavaleiro, conjuntamente com o Capitão-Mor Manuel Mascarenhas e o Coronel Jaques Filipe de Landorcet, pelo Barão Bruno de Sousa, brigadeiro e Capitão-Mor da Praça de Faro. A Rainha criou por decreto, de 18 de Maio de 1780, o lugar de Ajudante da Praça de Faro, especificamente para o nomear para esse lugar. Francisco José com a idade de 24 anos começa assim a ocupar cargos públicos importantes e a dividir a sua vida entre o Algarve e a Corte. Tomou a entrega do Morgado de Lagos em 1780. Em 17 de Julho de 1782, morre seu pai e como primogénito herda seus bens e fortuna. No mês

seguinte é provido do cargo de Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Tavira, lugar deixado vago pelo falecimento de seu pai e em 5 de Maio de 1793 fizeram-lhe mercê do cargo de Ajudante das Ordens do Governo do Reino do Algarve.

Do seu casamento com D. Rita Efigénia nascem no Algarve, respectivamente em finais de 1779 e finais de 1780 os seus dois primeiros filhos, Fernando José e Pedro José a que se segue um terceiro, em Setembro de 1781 já em Lisboa, apadrinhado em 9 de Outubro, pelos Infantes D. João e D. Mariana, filhos de D. Maria I. Seguir-se-ão mais treze filhos, uns nascidos no Algarve e outros em Lisboa.

De notar, que os restantes que nascem em Lisboa serão sempre apadrinhados pelos Príncipes, nomeadamente pelo primogénito D. José (Maria do Ó – 1787) e após a morte deste e a entrada em estado demência de sua mãe a Rainha, os Príncipes Regentes D. João e D. Carlota Joaquina (João – 1793).

É após a morte de seu pai, Fernando José de Seabra e Neto, que Francisco José, então Ajudante de Campo da Praça de Faro, herda a Quinta de Estoi, entre outros bens e propriedades que seu pai tinha. É interessante referir, que no seu testamento o progenitor pede que (...) se faça na dita Quinta, da parte do Norte da casa que está destelhada, uma capela ou ermida pública ao Senhor São José (...).

Não se limitando a corresponder ao pedido expresso pelo seu pai, Francisco José manda derrubar todas as envelhecidas edificações da Quinta, com excepção do portal de entrada, que actualmente serve de pórtico de acesso à Pousada e uma arrecadação entretanto arruinada e demolida a quando da requalificação do palácio em Pousada e manda construir, a partir de 1782-1783, uma nova casa com grande ambição para a altura. Trata-se de um palácio rural, com capela e magníficos jardins, feito à imagem de Queluz, com traçado de jardins à francesa, mas lembrando também muito as construções italianas da época, pela implantação dos seus jardins em socalcos. A grandeza do conjunto reside fundamentalmente na posição do Palácio e sua centralidade relativa aos jardins e na ligação entre os mesmos.

Não existem documentos que permitam atestar a autoria de tão erudito projecto de construção, mas atualmente e após a descoberta na Torre do Tombo em 2002 de um desenho do palácio e seus jardins, datado de 17/03/1800, os mais entendidos historiadores da Arte Portuguesa são unânimes em considerar, que embora para a execução da obra, quer das casas nobres, quer dos jardins, o proprietário tenha recorrido, seguramente a profissionais algarvios de Faro, sede de assento Episcopal e principal centro urbano algarvio, onde estavam sedeadas as melhores oficinas e usado materiais da região, nomeadamente “pedra de Bordeira”, em absoluto, o projecto não é de autoria de um artista local, dividindo as suas opiniões sobre

se a sua autoria será, conforme afirma Francisco Lameira, de Mateus Vicente de Oliveira (Barcarena, 1706-1785), arquitecto da Casa do Infantado e o principal arquitecto de Queluz ou Manuel Caetano de Sousa, conforme opinião de Horta Correia. Refira-se, contudo, que durante os anos de construção do Palácio de Estoi, Mateus Vicente de Oliveira, de há muito o grande arquitecto das Obras Públicas do Reino, estaria com uma propecta idade de cerca de 80 anos e demasiado ocupado com as obras da construção da Basílica da Estrela para arranjar tempo e forças para se deslocar ao Algarve. Faz-se mesmo notar que a Basílica da Estrela, iniciada em 1779, foi a grande construção régia do reinado de D. Maria I e que todo o projeto foi gizado Mateus Vicente e que a obra, ainda não estava concluída a quando do seu falecimento em 1785 com 81 anos de idade. Acrescente-se ainda, que no Palácio de Estoi não é utilizado o frontão contracurvado que Mateus Vicente utilizou insistentemente e que se transformou na sua imagem de marca mais conhecida, uma espécie de assinatura que colocava nas suas arquiteturas e que permite seguir o rasto dos seus projetos. Quanto a Manuel Caetano de Sousa (n. em 1742 e m. em 1802), refira-se do seu vasto curriculum, que sendo autor da Igreja da Encarnação em Lisboa (1768), trabalhará posteriormente também aí no restauro da Igreja de São Domingos e na capela-mor da Igreja do Loreto. A partir de 1771 giza todo o interior da biblioteca de Mafra e depois em Lisboa, em 1780, projeta a Capela da Ordem Terceira do Carmo. Já por conta da Coroa, substitui Robillion na direcção das obras de Queluz, por motivo de doença deste, em 1781. Não se lhe conhecem outros projetos relevantes dos anos seguintes. Em 1785 é nomeado Arquitecto da Casa do Infantado e da Patriarcal substituindo no Mateus Vicente de Oliveira, recentemente falecido. Nesse ano projeta para Queluz o Palacete da Rainha e posteriormente o Palacete e Torre fronteiros à Capela. Para a Ajuda projeta em 1786 a escadaria monumental do Jardim Botânico, em 1792 após ser nomeado Arquitecto das Obras Públicas do Reino, a adaptação da Capela Real a Patriarcal contemplando a construção da torre, que ainda hoje lá subsiste isolada e em 1795 o novo Palácio Real. De destacar, também, o projeto da Capela Real da Bemposta (1786/1793) e a acentuação de verticalidade dos elementos que lhe introduziu, referindo que seguramente poderá ser considerado um dos seus melhores projetos. Em Estoi, são os elementos característicos e identificadores das suas obras, tais como a acentuação da verticalidade do corpo central da construção através da sobreposição de vãos elipsoidais à correnteza da linha dos vãos do resto do edifício, a linearidade do risco dos jardins e o traçado de escadarias entre os diversos patamares ajardinados, balaustradas, etc., que levam Horta Correia a considerá-lo o muito possível autor do projeto de Estoi. Comungando da mesma opinião, acrescente-se ainda, que nos anos de construção do Palácio de Estoi, Manuel Caetano de Sousa estaria com cerca de 40 anos de idade e sem se lhe conhecerem outros projetos relevantes na época,

faz todo o sentido a sua deslocação ao longínquo Algarve, onde o acidentado do terreno da Quinta de Estoi exigiam a presença do projetista não só para gizar mas também para acompanhar o desenvolvimento da construção.

Só a proximidade à Rainha, alcançada através de D. Rita Efigénia, explicam a disponibilidade excepcional de um arquitecto da Casa Real para concretizar um projecto de um particular e ainda por cima no Algarve, a tão grande distância da Corte, onde o mesmo obrigatoriamente se terá deslocado e permanecido acompanhando a obra de Estoi.

Na década seguinte, após conclusão das casas e dos jardins, quando murava a Quinta, pretendeu o Coronel Carvalho emparcelar um pequeno prédio misto contíguo à mesma, designada por "O Jardim" e propriedade do Reverendo Padre Francisco da Costa Pestana e do Cónego Joaquim Pedro da Costa Maciel, o que deu origem a um longo processo contencioso. As águas da fonte pública de Estoi (localizada no actual Largo Ossónoba), abasteciam a Quinta através de canos que passavam primeiramente por "O Jardim", situação que desagradava ao Coronel, que a pretexto da referida parcela se achar encravada na Quinta, pretendeu anexá-la à mesma, situação que foi rejeitada em absoluto pelos seus proprietários e deu origem ao litígio entre as partes.

Os autos desse processo contencioso encontram-se à guarda dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo e revelaram-se de uma importância extrema para a História do Palácio, pois encontra-se neles um desenho, datado de 17/03/1800, através do qual se verifica que a configuração do Palácio e Jardins que chegou aos nossos dias, apesar das intervenções realizadas em 1900, é basicamente a original.

A anexação definitiva de "O Jardim" à "Quinta de Estoi" só veio finalmente a ser concretizada em 1817, quando foi assinada uma Escritura de Permuta e Troca pelo Coronel Carvalho e pelo Capitão João José Freire (de Estoi), que entretanto havia adquirido a propriedade ao Cónego, embora com a condicionante de que jamais a venderia ao Coronel Carvalho. A longa duração desse processo contencioso e o mediatismo alcançado por essa pequena parcela agrícola designada "O Jardim" foi tal, que a "Quinta de Estoi" acabou por perder o seu nome a favor de "O Jardim", como passou a ser conhecida na região, até aos nossos dias, como se tivesse sido absorvida por este.

Pelos cargos que exercia na região e pela gestão do seu Morgadio o Coronel e a família viviam fundamentalmente no Algarve, situação que justifica, que apesar da sua proximidade à Família Real, em

1808, não tenham embarcado com a Corte rumo Brasil, fugindo às invasões Napoleónicas.

Durante esse período de ocupação estrangeira um acontecimento relevante ocorreu no Palácio, que ficou para a sua história. Em retribuição ao jantar de cortesia oferecido a toda a Nobreza de Faro e ao próprio Bispo D. Francisco Gomes do Avelar pelo General Maurin, Comandante-Chefe das tropas francesas no Algarve, no seu Quartel-General instalado em Faro nas casas do Conselheiro Horta Machado (a sua demolição deu origem ao edifício do actual Governo Civil), o Coronel Carvalhal e a sua esposa D. Rita Efigénia realizaram, em 9 de Maio de 1808, uma grandiosa festa no seu Palácio em Estoi, onde o Governador Francês, os seus oficiais, bem como o Corregedor-Mór Goguet, foram recebidos. Tal cortesia para com os invasores, viria posteriormente a causar graves dissabores ao Coronel Carvalhal, pois, após a expulsão dos franceses os revoltosos de Faro, acusaram-no de estar afecto à causa daqueles e de vários crimes relacionados com os mesmos. Em face dessa situação o Governo deliberou suspender o Coronel das funções públicas que exercia e no intuito de lhe salvar a vida convidou-o a deixar a cidade e a fixar residência na sua Quinta de Estoi. Foi mandado, contudo, proceder-se a um rigoroso inquérito, donde resultou o apuramento da injustiça das acusações, o reconhecimento da sua inocência e a reabilitação da sua honra. O Coronel não tinha feito senão seguir as instruções deixadas por El-Rei, antes da sua partida para o Brasil, de os que cá ficavam recebessem os franceses com a máxima simpatia, de forma a evitar que os invasores agissem ainda mais cruelmente para com o Povo Português.

Falecido em Faro, em 30 de Agosto de 1823, o Coronel teve como sucessor na administração dos seus títulos e morgadios o primogénito Fernando José Moreira de Brito Pereira do Carvalhal e Vasconcelos.

Este, terá casado precisamente nessa época com Maria Joana da Piedade Bravo Pereira Forjaz do Lago, numa cerimónia realizada na Ermida de Santo André da Quinta do Bravo, em Alenquer, propriedade da mesma. Viveu, grande parte da década de 30 em Faro, sendo possível que tenha sido então que se tenham concretizado os miradouros de cunho neoclássico no final das alamedas da zona baixa da Quinta de Estoi.

No final dessa década, talvez por problemas de partilhas com seus irmãos dos bens patrimoniais deixados por seus pais, Fernando José deixou o Algarve vivendo o resto da sua vida entre Lisboa e a Quinta do Bravo em Alenquer, ficando como seu procurador e administrador dos seus bens em Faro um seu compadre de nome António Xavier Gonçalves, a quem posteriormente pelo zelo da administração veio a deixar algumas fazendas nos arredores de Faro. Faleceu em 1844, sem filhos, deixando em testamento como legítima herdeira universal

de todos os seus bens a sua esposa e só por morte desta, uma vez que não tinham filhos, os seus irmãos.

Seu irmão Pedro José, que seguira também a carreira militar, com algum destaque ao participar nas campanhas militares que do sul do país marcharam contra os franceses a quando da invasão de Junot, sendo por isso habilitado a professar na Ordem de Cristo em 1825 e recebendo também em 17 de Janeiro de 1828 a mercê de Fidalgo da Casa Real por da parte da Infanta D. Isabel Maria, nomeada Regente pelo pai (D. João VI) poucos dias antes da sua morte em 10 de Março de 1826,. Com o deflagrar da Guerra Civil tomou o partido dos Realistas (absolutistas) e faleceu em data desconhecida na década de 30. Como tal, não chegou a ser herdeiro.

Após a morte da viúva D. Joana do Lago, foi portanto Luís Filipe, quinto irmão de Fernando José, Marechal de Campo reformado, que vivia em Lisboa e era casado com D. Maria José de Sousa Barros Coupier quem herdou os bens da família.

De todos os filhos de Francisco José é este o que alcança maior destaque na sua vida militar. Tomou parte em cinco campanhas da Guerra Peninsular, sendo por isso condecorado com a Cruz de Ouro e recebeu uma Medalha de Honra pelo destaque na Batalha de Albuera. Na Guerra Civil tomou o partido dos Liberais, integrou as forças que desembarcaram no Mindelo e tomaram o Porto e foi nomeado por D. Pedro Comandante da Cavalaria do Porto com a incumbência de reorganização do seu Regimento. Recebeu também a medalha de Cavaleiro da Nobre Ordem da Torre Espada do Valor, Lealdade e Mérito pelo destaque alcançado na batalha de Asseiceira (Tomar), sendo então promovido a Tenente-Coronel. Apesar disso, por razões políticas segundo afirma, passa em 1835 por um mau período, sendo transferido da arma de Cavalaria para o Exército - Governo de Praças (nomeadamente a de Faro – de 2ª categoria). Luís Filipe considera a situação humilhante, tendo que recorrer directamente à Rainha para regressar à arma de Cavalaria e ser colocado no Comando da Sub-Divisão Militar de Évora e posteriormente em Lisboa. Em Junho 1847, é reformado “compulsivamente”, recebendo contudo a promoção a Marechal de Campo. Alguns meses depois, talvez por se sentir melindrado com essa aposentação forçada e desejar afastar-se da sede do poder, ou por razões que se prendem com a herança dos bens da família no Algarve, requer superiormente e obtém autorização para fixar residência em Faro. Terá sido a época em que estará mais ligado ao Palácio de Estoi. Regressa em 1849 a Lisboa, onde reside até à sua morte ocorrida em Outubro de 1857.

À morte de Luís Filipe e dado o facto de também não ter filhos, sucedeu-lhe na titularidade do Brasão de Armas da família e morgadios, incluindo a posse da Quinta de Estoi, o irmão mais novo

José Maria. Este, havia nascido em Faro, em 1792, sido reconhecido como Fidalgo da Casa Real logo aos 6 anos de idade e dado entrada na vida militar 1813. Alguns meses depois participa nas campanhas militares de 1813/14 sendo promovido a alferes. Ainda antes de 1820 já ostentava a patente de tenente e em 22 de Março de 1828, logo após a subida ao trono por D. Miguel e no sentido do reforço do seu poder absolutista, foi transferido de Comandante de Infantaria em Tavira para a Guarda Real da Polícia em Lisboa. Apareceu novamente colocado no Algarve em 1831, ano em que foi promovido ao posto de Capitão. Na guerra civil de 1833/34 tomou partido pelas forças realistas e com a vitória das forças liberais, embora beneficiando da Amnistia da “Convenção de Évora Monte” desceu novamente ao posto de Tenente, no qual permaneceu até ao fim dos seus dias. Sabe-se que foi pessoa pouco letrada e de rudimentar formação militar, que nunca casou, que sofreu de reumatismo desde finais da década de 20, mas só vindo a falecer com a propecta idade de 82 anos, em 16 de Fevereiro de 1875. Por testamento lavrado em 1866, deixou expresso desejar um funeral o mais discreto possível, recomendando que não se informasse as autoridades militares senão depois de enterrado e determinando que suas duas irmãs sobrevivias M^a da Encarnação e M^a Francisca seriam usufrutuárias de todos os seus bens, indicando que após a morte da última delas, com excepção de alguns bens deixados a alguns colaboradores de sua casa, tudo fosse vendido e o dinheiro dessa venda dividido pelos pobres.

Com a morte da última dessas senhoras, extinguiu-se por falta de descendência, o tronco genealógico oriundo da ancestral família de Martim Gonçalves do Carvalho, Alcaide-Mor da Praça de Tavira, a quem foi feita a doação do Reguengo de Tavira, com todos os seus direitos e pertencas. Recorde-se que, Martim do Carvalho era irmão de Iria Gonçalves do Carvalho, mãe de D. Nuno Álvares Pereira e por conseguinte, a sua família era considerada nos finais do século XIV, uma das principais famílias da Casa Real Portuguesa.

A propriedade do Palácio de Estoi, com a sua Quinta, era em 1880, repartida em três partes iguais, uma herdada por D. Maria do Carmo Mascarenhas, antiga governanta da família, pertencendo as outras duas terças partes aos farenses José Martins Caiado (fundador do Banco de Algarve) e João Pires (cujo nome ficou para sempre ligado a um vinho por si criado e ainda hoje no mercado), que as haviam arrematado em leilão.

O estado de conservação do conjunto era, contudo, de tal forma deplorável e sua recuperação tão dispendiosa que os novos proprietários não se abalizaram à concretização das obras, colocando-o novamente à venda. Num artigo publicado à época (1880) pelo jornal “Algarve Ilustrado”, é referida essa situação, aponta-se até como possível uso futuro o de uma casa de repouso e é apresentada

uma fotografia contemporânea do imóvel, documento de importância histórica relevante à semelhança do desenho de 1800.

A transacção acabou por ser concretizada em 1893, por um valor de 5.446\$23,4 réis, sendo comprador José Francisco da Silva, um estoiense, à data sedado em Beja, que provavelmente em criança havia brincado nos jardins do Palácio, uma vez que a casa onde nasceu e viveu em criança se situava a escassas centenas de metros do Palácio, na então oficialmente chamada de Rua Formosa, conhecida também por Rua Velha, por ser a mais antiga da aldeia e que posteriormente viria a receber o seu nome, como preito de homenagem dos seus conterrâneos.

José Francisco da Silva era descendente de uma família tradicional estoiense de apelido "Casado", almocreves e agricultores, havia nascido em 1840 e em 1869, já formado em farmácia, era estabelecido em Beja (negociante de cereais e farmacêutico), onde se tornou um grande proprietário rural e possuidor de uma fortuna consolidada de forte pendor também industrial e um político relevante, chegando a chefe do Partido Progressista e Governador Civil naquela mesma cidade.

Não chegando a casar, vivia à data da compra do Palácio, com 53 anos, em situação de semi-mancebia com sua prima Ludovina Isabel Neves, que manteve até ao fim dos seus dias. Terá havido um filho numa situação semelhante anterior, que nunca legitimou, mas que constituiu seu herdeiro, à semelhança de vários familiares e instituições.

Não tendo constituído família, pôs este homem a partir de então, como objectivo principal da sua vida, a recuperação e valorização do Palácio e de outro Património da sua terra natal – influenciado talvez pelo exemplo de D. Fernando de Saxe Coburgo, marido da Rainha D. Maria II, que levava a cabo a recuperação de vários monumentos históricos portugueses, pelo romantismo ainda latente na alma dos portugueses da época e a áurea da Belle-Epoque que então se vivia - onde colocou todo o empenho e amor.

Contratou artistas nacionais do melhor nível à época, de todas as áreas, da arquitectura à jardinagem, do estuque à azulejaria, da pintura à relojoaria, da escultura à marcenaria, etc. Viajou pelo estrangeiro, principalmente Itália, donde importou obras de arte e onde contratou artistas também e com o máximo respeito pelo Monumento que havia adquirido, nomeadamente na sua arquitectura original, concretizou obras de restauro e embelezamento do mesmo, tendo o máximo cuidado nos poucos acrescentos que realizou ao edifício principal (torre da capela e ala a nascente do pátio interior) de não o desvirtuar, a ponto de haver dúvidas se os mesmos não estariam já projectados desde início, não tendo então sido

concretizados apenas por falta de meios dos primeiros proprietários (a perfeição do desenho da torre sineira e a criação do pátio interior têm tudo a ver com o risco de Manuel Caetano de Sousa e pouco a ver com os arquitectos do final do séc. XIX e início do séc. XX). Poder-se-á apenas apontar como reparo o excesso de peças decorativas do jardim, sendo discutível a escolha de algumas personalidades estrangeiras contemporâneas distinguidas com bustos nos jardins.

A Igreja Matriz de Estoi, tal como tinha acontecido à época do Coronel Francisco Carvalhal e Vasconcelos foi também beneficiada por José Francisco da Silva, nomeadamente na sua Capela Baptismal, onde trabalharam estucadores e outros artistas plásticos do palácio, recebendo um órgão para o seu coro e um relógio e respectivos equipamentos automáticos idênticos aos instalados na torre sineira do Palácio.

A magnanimidade das obras realizadas, foi notícia em todo o país, a Rainha D. Amélia interessou-se por elas, observou-as in-loco nas suas deslocações ao Algarve e influenciou el-Rei D. Carlos, na atribuição a José Francisco da Silva do título de Visconde de Estoy (4.1.1906), distinção que este queria escusar, só a aceitando a pedido do povo da sua aldeia, que considerou, que esta ficaria valorizada por a sua toponímia ficar associada a um título de nobreza.

As obras de restauro terminaram finalmente em Abril de 1909, tendo nelas sido gastos 109 555\$85,9 e para comemoração o Visconde concretizou um programa de festejos alargado a toda a aldeia, que incluiu concerto e bodo no Largo Ossónoba, realizados nos dias 1,2 e 3 de Maio, data da festa mais tradicional e carismática de Estoi, a Festa da Pinha, para a qual convidou todas as autoridades religiosas, civis e militares da região e a que ocorreram milhares de pessoas, às quais abriu as portas do Palácio para visita. Aliás, refira-se, que com excepção da zona privada da habitação, os jardins ficaram daí para a frente sempre abertos aos visitantes, no "Edifício das Cavalariças" foi concretizado uma pequena sala de teatro, que ficou à disposição da população da aldeia para realização das suas récitas e festas como os banquetes de comunhão e onde durante toda a sua vida ofereceu sempre um bodo de Natal aos mais carenciados.

A sua preocupação com o Palácio foi ao ponto de planear o casamento de uma prima estoiense, Maria do Carmo Melo, a quem nomeou herdeira do mesmo, com um amigo seu de Beja, António Duarte Assis Machado, quarentão e celibatário, de largas posses, com vista a assegurar meios para manutenção do Palácio.

Morreu em 06.04.1926, com a propecta idade de 86 anos, na sua casa em Beja, mas deixando determinado que queria ser enterrado

em Estoi e que a única coroa de flores que deveria acompanhar o féretro deveria ser feita de flores do Jardim do Palácio. Não deixou de contemplar em testamento para além de um vasto conjunto de familiares, o povo necessitado da sua aldeia, o Hospital Civil e Misericórdia de Beja e a Junta de Freguesia de Estoi, a quem legou dinheiro e terreno para construção de um edifício para albergar a Escola Primária da aldeia. Deste modo, Estoi foi dotado de um edifício próprio para a sua escola, com projecto de Raul Lino, que antecedeu em muitos anos qualquer outra no concelho.

A herdeira do Palácio D. Maria do Carmo Melo Machado, casada que foi em Beja, usou muitos anos o palácio como casa de férias e nas épocas das colheitas e só passou a habitá-lo a tempo inteiro após a morte do marido, no final dos anos cinquenta, altura em que voltou a fixar residência em Estoi, acompanhada pelas suas duas netas mais velhas. Faleceu na segunda metade da década de 70. Os seus herdeiros, nessa época conturbada da Revolução e da Reforma Agrária que lhe esteve associada, com as ocupações das suas propriedades no Alentejo viram-se em sérias dificuldades para assegurar os custos da manutenção do Palácio e ao fim de uns anos, acabaram por pô-lo à venda. O Estado classificou o conjunto do Palácio, seus Jardins e Estatuária como Imóvel de Interesse Público, através do Decreto 129/77, de 09.09.1977. A Câmara Municipal de Faro adquiriu-o em 1987, à D. Maria da Luz Melo Assis Machado, casada com António Bicker da Costa, que acabou por ser a última proprietária privada do mesmo

Anexos:

- Desenho da Quinta de Estoi à data de 17.03.1800
- Foto do Palácio em 1880
- Programa de Festejos da Inauguração do Jardim de Estoy
- Descrição da "Quinta de Estoi" ou "Jardim de Estoy" à data de 1909
- Testamento
- Árvore genealógica do Coronel Francisco Carvalho e Vasconcelos
- Árvore genealógica do Visconde de Estoy
- Destaque para os acontecimentos mais relevantes ocorridos na Quinta, Jardim ou Palácio de Estoi.
- Fotos do Visconde, da D. Maria do Carmo Melo Machado e dos casamentos de suas filhas.

O Palácio de Estoi e seus Jardins – Sua integração na história e conceito do Jardim Europeu e do Jardim Português

Na sua génese "o jardim" é um universo protegido das contingências naturais do clima, que por detrás da aparência de prestígio de um simples espaço de recreio ou de representação social, encerra em si a necessidade profunda de toda a alma humana em criar na Terra o "Paraíso Perdido".

No território português não se pode falar verdadeiramente de arte paisagística antes do período de ocupação romana e na própria Roma só no decorrer do século I, depois das grandes conquistas da Bacia do Mediterrâneo Oriental e dos contactos culturais com as cortes do Egipto, Mesopotâmia e Pérsia, se pode verdadeiramente falar da arte dos jardins. Os Peristilos, pátios interiores sobre os quais se voltava a casa romana, que não tinha qualquer fachada para o exterior, começaram, então, a ser profundamente ajardinados. Tornou-se também usual aparecerem luxuosas villas integradas dentro de grandes espaços agrícolas ajardinados, as "horti", que passaram desde então a fazer parte da paisagem urbana de Roma. Estes grandes complexos dotados de uma estrutura de circulação global, compreendiam uma área residencial (pars urbana), instalações agrícolas como lagares (pars rústica) e parcelas de terreno de produção agrícola e silvícola (pars fructuaria), que integravam espaços ajardinados, animados por lagos artificiais e fontes monumentais

Com a queda do Império Romano decorrente das invasões de povos rudes e tribais vindos do norte, o centro cultural da Europa deslocou-se da Bacia do Mediterrâneo para o centro do continente, tomando uma raiz franco-germânica, o que foi um factor devastador da cultura romano-helenística. Em Portugal e Espanha, porém, 2 séculos depois da queda do Império Romano, dá-se a ocupação do território por povos mediterrânicos islamizados, que souberam absorver aspectos da cultura local e desenvolveram uma sociedade tolerante e culta, que de uma forma velada se transformou na grande continuadora da tradição romano-helenística no Ocidente. Sendo a água um bem escasso nas zonas desérticas donde eram originários os povos que aqui se radicaram, o seu aparecimento em poços e lagos foi sempre considerado uma bênção divina e por isso a água estará presente no espaço sagrado que é o jardim islâmico e será apresentada em grandes tanques, espelhos de água à maneira dos lagos do deserto. O sentido olfactivo era da máxima importância no mundo islâmico e por esse motivo, no espaço sagrado do jardim, nunca faltavam as laranjeiras, flores e plantas aromáticas.

Os contactos com novos mundos decorrentes dos descobrimentos portugueses, as transformações económicas e o desenvolvimento da burguesia, levaram directamente ao Renascimento Italiano e Europeu, um período de reflexão teórica e racionalista, que apareceu como uma ruptura com a exaltação mística do homem gótico do norte e indo buscar à Antiguidade Clássica os fundamentos estéticos e culturais. A renovação artística deste período levou à construção de numerosas Villas integradas no espaço urbano, que se tentou que fossem feitas à imagem dos tempos do Império e que foram dotadas de jardins organizados com base no conceito abstracto do espaço,

desenvolvidos a partir de eixos. Em Portugal, porque havia sido mantida uma cultura mais próxima da clássica e porque no meio da euforia dos descobrimentos e o que eles tiveram de humanismo experimental, não houve tempo, nem vocação, para uma atitude racionalista de reflexão teórica. No que respeita à casa, enquanto na nova Europa ela passou a ocupar o centro ordenador e estruturante de todo o conjunto, por cá a tradição dita o contrário, é o jardim que tem carácter sagrado e ocupa o centro vivencial e ordenador da casa, exactamente como o peristilo na casa romana. Quando a casa era dotada de vários espaços ajardinados, eles eram autónomos entre si e ligados a áreas específicas da habitação, das quais ocupavam o centro, processando-se a sua interligação através de pequenas portas laterais, galerias ou escadas que não pertencem aos eixos estruturais do conjunto. Em qualquer caso manterão, sempre, as suas características de contenção espacial, cercados de altos muros e interpenetrando-se com a casa. A laranjeira (pomar de recreio) será elemento predominante (sentido olfáctico), a par do grande lago - tanque -espelho de água e normalmente, conterão também alegretes para plantas odoríferas, bancos para estar e azulejos decorativos. Pouco a pouco irão recebendo elementos decorativos italianizantes, como os enfeites da topiária (talhe artístico de arbustos), fontes, estátuas, nichos e medalhões, mas continuarão a desenvolver-se sem o conceito abstracto do espaço do Jardim Renascentista Europeu.

Na evolução do jardim Renascentista Europeu, os jardins de Versalhes, desenhados com um plano racionalista de André Le Nôtre e correspondendo às exigências de ordem e grandiosidade determinadas por Luís XIV, elevam ao seu expoente máximo o usufruto visual, a desfavor dos outros sentidos, do carácter vivencial. O seu projecto irá influenciar a evolução da arquitectura e traçado paisagístico dos grandes palácios e jardins das cortes Europeias.

O "Casal de Queluz" que era no séc. XV propriedade de um conselheiro de D. Afonso V, adquire estatuto de Palácio Real ao tempo de D. Pedro, filho de D. João V e marido de D. Maria I, é a partir de 1747 que se inicia a mais importante fase das suas obras, inicialmente e na sua maior parte sob a orientação estética de Mateus de Oliveira, a partir de 1758 do arq. Francês Jean Batiste Robillon e posteriormente ainda de Manuel Caetano de Sousa. Nestas épocas, vieram da Europa para Queluz, não só estatuária e outros elementos decorativos, mas também árvores e artistas. Tudo levaria a pensar, que à semelhança das outras cortes europeias iríamos ter pela primeira vez em Portugal uma obra arquitectónica e paisagista à moda da Europa. Porém, embora em planta os jardins pareçam conter um grande eixo longitudinal, tal facto não tem significado, pois não é perceptível dos jardins, que sendo cercados individualmente de balaustradas, sem uma franca continuidade de traçado paisagístico globalizante, se constituem como uma sequência de espaços

autónomos de “estar”, cada qual com o seu elemento polarizante. Assim, por falta de engenho técnico dos arquitectos, de suficientes disponibilidades financeiras ou por vontade própria da Casa Real, ou mais provavelmente por um misto de todas essas razões, à atitude do espaço autocrático e visual, de dimensões sobre-humanas de Versalhes, foi contraposta uma visão humanista e vivencial.

De todos os jardins dos palácios construídos na época, de norte a sul do país, só em dois deles encontramos um traçado global no seu desenho, ordenador de todo o conjunto com origem na habitação. Um deles é o da Quinta das Laranjeiras, em Lisboa, mandada construir pelo Barão de Quintela, rico comerciante protegido pelo Marquês de Pombal e o outro é da Quinta ou Palácio de Estoi. Se o primeiro tem assento na capital, zona onde como é natural foram construídos a maioria dos Palácios do país por ser aquela onde havia maior concentração de nobres e de riqueza e onde estavam reunidos a maioria dos arquitectos do país com experiência nesse tipo de obras, o segundo, construído numa zona sem a tradição histórica de grandes obras de arquitectura civil, não tendo sido iniciativa de algum membro da família Real ou de uma nova fortuna obtida por um cargo importante nas colónias, constitui uma surpresa, só se explicando a sua construção pelo facto da iniciativa da mesma ter partido de um homem, que tendo ligações à Corte, que as teve, mas muitos outros membros da nobreza de Cota de Armas do Algarve as tiveram, foi especialmente dotado de grande visão arquitectónica, para não dizer de vocação para a arquitectura. Não nos esqueçamos que o Morgado do Carvalho era engenheiro militar, tendo por isso recebido ensino oficial de topografia e arquitectura, como os engenheiros militares que ajudaram a projectar a reconstrução da Baixa de Lisboa depois do terramoto, ou que projectaram na época Vila Real de Santo António e muitas povoações no Brasil e na Índia, escola esta, que tinha, portanto, um enorme know-how acumulado de projectar urbanisticamente “Cidades das Luzes”. Não nos esqueçamos, claro, que para além disso, o como todos os construtores de obras monumentais, era um homem dotado de muita ambição e de gosto de ostentação.

Em ambos os casos, “Laranjeiras” e “Estoi”, contudo, as características do “Jardim Português” estão lá também presentes, nomeadamente a autonomia conferida a cada espaço ajardinado com o seu elemento polarizante específico e o espírito do jardim vivencial, em oposição ao Jardim Europeu, de usufruto meramente visual.

Chegados ao caso específico de Estoi, refira-se que a topografia do terreno levou ao desenvolvimento do palácio e seus jardins em vários terraços a diferentes níveis. Esta situação permite visualizar a partir da casa todo o percurso axial do conjunto. Não se imagine, contudo, encontrarmo-nos perante um exemplar puro da filosofia de Le Nôtre. Aliás, a escolha do local para implantar o conjunto e a solução de

terraços panorâmicos, interligados por lances de escadaria, destinada a vencer a diferença de cotas das diferentes parcelas, é muito mais italianizante que francesa. Diga-se, de forma resumida, que do barroco francês o Palácio de Estoi tem, o traçado paisagístico e ordenador feito a partir da casa, que assume a centralidade de todo o conjunto, dos jardins italianos tem esse traçado também, mas fundamentalmente a implantação num terreno declivoso propícia à disposição em vários níveis, com patamares e escadarias a interligá-los e da arquitectura portuguesa, nomeadamente do Palácio de Queluz, tem o cunho da decoração Rocaille (da época de Luís XV), a cor rosada dos muros exteriores e das fachadas do Palácio propriamente dito, as balaustradas usadas em profusão e alguma estatuária de época, oriunda certamente das mesmas oficinas em Lisboa, mas principalmente as características de Jardim de Estar, com os seus bancos, alegretes, casas de fresco, gruta de embrechados, com compartimentação espacial, com um elemento polarizador específico de cada espaço e a laranjeira como espécie vegetal predominante.

De assinalar, que da decoração revivalista introduzida por José Francisco da Silva em 1900, encontramos na decoração dos salões de aparato as maiores semelhanças com os estuques e pinturas figurativas do Palácio Vale Flor em Lisboa e os trompe-l'oeil de marmoriados diversos, de qualidade excepcional, são em tudo semelhantes aos do edifício-sede do Município de Lisboa, edifícios contemporâneos da intervenção do tempo do Visconde de Estoi. Também a azulejaria introduzida nesta época, que decora profusamente os espaços murais exteriores, segue a tradição genuinamente portuguesa.

O Palácio de Estoi, construído no período final do Barroco Português e alvo de uma intervenção de recuperação e de rededicação no final do séc. XIX, que de modo algum desvirtuou o projecto inicial, é mágico e único, tem um traçado paisagístico globalizado raro no nosso país, mas simultaneamente não rejeita o melhor espírito e características do "Jardim Português", podendo ser considerado uma grande obra de arte da arquitectura portuguesa, uma verdadeira jóia do Património Nacional.

José Saramago afirma na sua obra "Viagem a Portugal" que "se em matéria de Palácios para Belas Adormecidas não tivesse ideias bem definidas, adoptava certamente para o efeito este Jardim de Estoi".

A intervenção agora realizada para adaptação do conjunto a novos usos (Pousada Histórica e Design), gizada com arte e mestria por Gonçalo Byrne, tirou partido de uma parcela de terreno agrícola desligada do conjunto por uma servidão pública, embora concomitante com o palácio, fazendo aí construir o novo edifício para albergar os quartos da exploração hoteleira, de características

marcadamente contemporâneas, mas com os cuidados devidos de apesar da sua enorme dimensão relativamente à volumetria da construção original projectando-o topograficamente de forma a passar despercebido na paisagem, sem ofuscar o Palácio propriamente dito, com o qual ficou interligado interiormente no subsolo e através de um passadiço nos espaços exteriores ajardinados, que foi adaptado para a zona pública da unidade. O projecto transformou, ainda, o antigo edifício que albergava o assento de lavoura da quinta (casa de caseiros, armazém, cavalariças, vacarias e cocheira) no necessário espaço de eventos da unidade. Esta intervenção de grande mérito, permitiu a recuperação de todo o conjunto, que se encontrava degradado e em grande risco de ruína, mas deixou intacta a arquitectura original do mesmo.

3 – Igreja Matriz

A Igreja Matriz de Estoi, que tem como Orago São Martinho, Padroeiro da Freguesia, terá sido criada provavelmente no último quartel do século XIV, sendo então considerada uma Ermida não só por ter assento fora do aglomerado urbano, um pouco antes da entrada da aldeia para quem chegava de Faro, como também por se tratar de um templo de reduzidas dimensões.

Cerca de 1540, durante o Reinado de D. João III, no auge do período Renascentista foi incluída dentro do vasto plano de construção de novos templos no Algarve, região que pela sua posição geoestratégica assumia, então, grande importância para Coroa. Nesse ano, o Monarca decidiu elevar Faro a cidade, mudando para aí a capital da região e passados alguns anos a própria sede do Bispado. Simultaneamente com essa decisão, terá então sido criada a Paróquia de São Martinho de Estoi, desanexando-a da Paróquia de S. Pedro e mandado construir, no local da Ermida de São Martinho, o novo templo, que se mantém até aos nossos dias.

Trata-se de uma construção ampla, de bom desenho arquitectónico, provavelmente da autoria de Afonso Pires, na época Mestre das obras do convento da N.ª S.ª da Assunção em Faro, revelando uma espacialidade quinhentista, de planta longitudinal, composta por três naves de quatro tramos e capela-mor rectangular. As naves são separadas por arcos de volta perfeita, sobre colunas jónicas, destacando-se adossado a uma delas, o púlpito de belo traçado clássico, assente num elegante pedestal e com acesso por uma escadaria, tudo em mármore regional, o qual tem uma réplica menos perfeita, suspensa numa parede e portanto sem o pedestal e a escadaria na Capela do referido Mosteiro. As descrições dos séculos XVI, XVII e XVIII, dão conta da tipologia referida e acrescentam que a porta principal é ao estilo Romano, de volta perfeita, hoje

desaparecida, tendo sido substituída por uma de verga recta e arquivada.

O amplo adro da Igreja é duma época bastante posterior à construção do templo, apresentando um risco típico do período do Barroco. Uma importante gravura guardada no Arquivo Nacional Torre do Tombo, datada de 17/03/1800, faz prova que a sua construção foi anterior aquela data e tudo leva a crer ter sido mandado construir pelo Coronel Carvalhal e Vasconcelos, a quando da edificação do Palácio de Estoi (1784), uma vez que tem toda a semelhança com o risco do da Casa da Cascata nos Jardins do Palácio, embora com as necessárias adaptações ao local e uma dimensão muito maior.

No início do século XIX o Bispo D. Francisco Gomes de Avelar, concretizou uma grande intervenção que visou a sua consolidação do templo gravemente danificado pelo terramoto de 1755, ainda que este se tivesse entretanto mantido em funcionamento pela pronta reparação concretizada pela própria Paróquia. A intervenção levada a cabo pelo Bispo do Algarve, com risco do seu arquitecto Francisco Xavier Fabri, veio alterar-lhe a fachada, dando-lhe um cunho neoclássico, majestoso. Investigadores hão, que referem que os capitéis jónicos das colunas e a pedraria que forra os arcos também serão dessa época, referindo as suas semelhanças aos do Arco da Vila em Faro, o que não é correcto. Aliás, refira-se que não existem nenhuns capitéis semelhantes no Algarve, seja da época da construção, seja da época da intervenção do D. Francisco Gomes.

A fachada principal apresenta-se delimitada por cunhais de cantaria, rematados por urnas com fogaréus, encimada por um frontão triangular com óculo cego, rematado por aletas de massa e cruz de ferro. Esta fachada é rasgada por portal de verga recta arquivada, com par de colunas adossadas, encimado por janelão também ladeado por um par de colunas e rematado por frontão triangular interrompido e por duas janelas de verga recta arquivada.

A torre sineira que foi ampliada na intervenção oitocentista, é rasgada por quatro sineiras e coberta com domo rematado por pináculo, sendo que a fase original possui cunhais em cantaria, que na parte ampliada são de massa e encimados por urnas com fogaréus também confeccionados em massa.

Em 1834, conforme atesta placa embutida na calçada, o Bispo da época, tirando partido da grande diferença de cotas da plataforma de terreno onde a Igreja está implantada para o terreno localizado a poente e sul da mesma e do declive dessa envolvência, mandou construir o escadório monumental que antecede o templo,

completando assim aquilo que de mais relevante ou impressionante ele apresenta à vista.

Os actuais retábulos dos altares, datados de meados do século XIX e enquadrados no neoclassicismo, são de qualidade inferior à do projecto arquitectónico do edifício e da sua fachada. Destaca-se a imaginária dos séculos XVII, XVIII e XIX e uma custódia em prata do séc. XVI. A capela baptismal adossada à nave apresenta uma decoração rocaille concretizada pelo Visconde de Estoi, no início do séc. XX, sob a direcção do seu arquitecto das obras do Palácio, Domingos Meira. O quadro do baptismo de Cristo nela existente, de autoria de Domingos Costa é de boa qualidade. Os mecanismos do relógio da torre sineira são idênticos aos do Palácio, de origem francesa, tendo sido também oferecidos pelo Visconde de Estoi.

4 – Igreja do Pé da Cruz

Trata-se de uma Igreja em arquitectura religiosa chã, datada da primeira metade do século XVII, com fachada neoclássica resultante de intervenção novecentista.

Ergue-se no núcleo histórico, no limite norte da aldeia, numa via de origem medieval, com três fachadas para a via pública.

O Templo tem planta longitudinal composta por nave e capela-mor rectangulares, dependências de apoio e torre sineira à esquerda. Volumes articulados e diferenciados, com cobertura de duas águas na nave, domo revestido de telha na capela-mor e anexos de uma só água. A sua fachada é delimitada por cunhais de cantaria rematados por acrotérios e sobreposta por frontão triangular em massa, com óculo cego, rematado por cruz de ferro. O portal é de verga recta, encimado por janelão e ladeado por duas pequenas janelas, todas emolduradas com cornija. Adoçados à fachada principal existem um campanário com uma sineira e a casa do ermitão com chaminé tradicional. A capela-mor é coberta por cúpula, a nave por uma abóbada de berço e o arco triunfal em pedraria é pleno. A nave, o coro alto e a capela-mor são decorados com um lambril de azulejo de padrão seiscentista, com motivos vegetalistas em azul e amarelo, que delimitam também o arco triunfal e o altar-mor. O altar-mor é possuidor de um retábulo do século XVIII, em estilo rocaille, sendo de destacar a imagem da Senhora do Pé da Cruz, datável também do séc. XVIII, para além de outras imagens dos séculos XVII, XVIII e XIX.

Anualmente, no dia 2 de Maio, associado a este templo, realiza-se a Festa da Pinha, uma romaria equestre que é a mais entusiástica manifestação etnográfica do Algarve.

5 – Quinta da Horta Nova

Localizada junto do núcleo urbano da aldeia, paredes meias com o Palácio de Estoi, é de destacar a Quinta da Horta Nova, já assinalada nas descrições da freguesia do séc. XVIII, pelo facto da casa da Quinta possuir uma capela designada de Ermida São João da Horta Nova. Tudo indica que tanto o portal de entrada da quinta, como a casa de habitação, seus anexos agrícolas, noras e tanques de rega e a própria capela, serão construções do século XVIII, desenvolvem-se à volta de um terreiro ou pátio central. A Capela, que tem entrada directa do referido pátio, embora com comunicação interior com a habitação, está integrada na fachada do edifício residencial, embora este seja elevado sobre um pódio, com um pequeno pátio exterior, integram-se no estilo da arquitectura chã.

6 – Escola Primária Visconde de Estoi

A Escola Primária de Estoi, cuja construção se ficou a dever à sua Junta de Freguesia, a quem o Visconde de Estoi deixou em testamento dinheiro para o efeito, foi a primeira a ser construída de raiz no concelho de Faro, tendo ficado concluída em 1939. Trata-se de uma edificação de dois pisos, com duas salas de aula em cada piso, com desenho de Raul Lino, fornecido à junta de Freguesia pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais.

7 - Casa do Povo

Criada em 1933, a Casa do Povo de Estoi foi a primeira a surgir no Algarve. Sediada inicialmente na Rua do Pé da Cruz, em casa de arrendamento, foi definitivamente instalada em 1941 em edifício próprio, construído para o efeito, localizado na Rua de Faro, com projecto de arquitectura dentro da tipologia Estado Novo. No pós-25 de Abril deixou de ter as funções para que havia sido criada, apoio social, na saúde e em termos de cultura e entretenimento dos trabalhadores rurais, uma vez que esses profissionais passaram a ser abrangidos pelo regime geral de segurança social, como as demais classes profissionais. Considerando que continuaram a ser desenvolvidas nas instalações actividades de carácter cultural e recreativo o edifício ficou propriedade do povo da Freguesia. O edifício foi-se degradando e encerrou portas. Em 2005, por impulso da Junta de Freguesia, a Casa do Povo de Estoi acabou por se constituir como Associação sem fins lucrativos e com o apoio financeiro do Município, da Freguesia e dos seus sócios concretizou obras de recuperação do edifício, que voltou a ter vida e que desenvolve actividades no campo social, cultural, educativo, recreativo e até de saúde.

8 - Cinema Ossónoba

Construído no final dos anos 40, por iniciativa de José de Jesus Zeferino, esta infra-estrutura cultural e recreativa da aldeia foi inaugurada em 13 de Agosto de 1950, constituindo ao longo de décadas um ex-líbris no meio rural envolvente, que ocorria às suas sessões de cinema de sábados, domingos e feriados. Com uma sala com uma capacidade inicial de 400 espectadores, fechou portas como cinema no ano de 1975, sendo arrendado ao Município para sala polivalente, de entretenimento e lazer. Obstando a um estado de degradação efectivo foi alvo de obras de recuperação recentes, passando a ter licença de utilização para salão de festas. Por iniciativa conjunta da Freguesia e do Município, prepara-se actualmente um projecto que visa dar-lhe novamente condições para retomar também as suas funções iniciais de projecção cinematográfica.

Algum PATRIMÓNIO HABITACIONAL de interesse RELEVANTE

A estruturação do aglomerado urbano de Estoi precedeu a formação da paróquia, começando por se situar à volta da fonte da aldeia, espaço genético do núcleo, naturalmente associado ao elemento água e assentando de seguida em linhas de crescimento naturais, adaptadas à topografia e ao traçado dos caminhos pré-existentes e do parcelamento rural. Identificam-se dois eixos principais definidores da matriz genética, um com orientação norte-sul, da Igreja Matriz à Igreja do Pé da Cruz (da Rua da Igreja à Rua Nova, oficialmente designada de Rua do Pé da Cruz) e outro orientado de nascente para poente (da Rua Velha, actual Rua Visconde de Estoi à Rua da Barroca), complementados com uma estrutura sinuosa de ruas estreitas e curvilíneas fortemente associadas às linhas de terreno dominantes, uma matriz medieval quase radiocêntrica, cujas muralhas são representadas pelos muros dos logradouros/hortas e por vias que as intercomunicam com os eixos principais. Da primeira fase, a dos eixos principais, a assinalar duas casas comprovadamente do séc. XVI.

9– Casa Quinhentista da Rua do Pé da Cruz

Localizada no nº 45 da Rua do Pé da Cruz, um dos eixos definidores da matriz genética do aglomerado urbano, nas proximidades do Largo Ossónoba, berço histórico da aldeia, a casa será anterior à construção da própria Igreja do Pé da Cruz, uma vez que é detentora de cantarias chanfradas quinhentistas e duma compartimentação típica do séc. XVI, com duas divisões quadrangulares em profundidade. Foi alvo de uma ampliação no séc. XIX de que resultou um segundo piso, na impossibilidade de ampliação em profundidade pelo desnível do terreno tardós.

10 – Casa Quinhentista da Barroca

Casa térrea, em estado muito degradado, localizada na rua que lhe dá o nome, no outro eixo de formação estruturante da matriz genética da urbe. Poderá ser enquadrada no modelo de casa elementar, assente na repetição de duas divisões quadrangulares em profundidade, para onde comunica um só acesso, um pátio exterior paralelo à rua. É detentora de dois vãos de porta guarnecidos de cantarias chanfradas típicas do período Manuelino (séc. XVI).

Muitas construções da 1ª metade do séc. XVIII e séculos anteriores vieram a soçobrar a quando do terramoto de 1755, na qual a própria Igreja Matriz sofreu danos consideráveis, sendo os exemplos de construções anteriores ao mesmo muito escassas. Note-se, no entanto, que a concessão régia de três dias de Feira Franca à aldeia, datada precisamente de 1755, ainda que em data anterior ao terramoto, denota a importância do crescimento que a urbe havia tido e a prosperidade económica que lhe estariam associadas. Os dados da cobrança da Décima, permitem registar entre 1779 e 1854, um aumento considerável de fogos construídos, sobretudo nos eixos principais do aglomerado, mas também acompanhada por uma densificação dos eixos secundários e a consolidação dos respectivos quarteirões. A conformação dos principais arruamentos é acompanhada pela edificação de algumas casas de desenho mais erudito e os antigos limites de propriedades que ainda nos finais do século XVIII constituíam uma cerca envolvente do núcleo, vêem intensificado um processo de uma nova frente de rua, que substitui progressivamente a imagem do muro/cerca. Na referência aos três lagares de azeite existentes na aldeia pode constatar-se serem todos de personalidades pertencentes às principais famílias Farenses ou Estoienses com elas relacionadas por laços de família (Carvalhais e Vasconcelos, Mendonça Manuel e Palermos de Faria), o que terá sido determinante na introdução de modelos mais urbanos nas tipologias da edificação. A introdução do estilo barroco faz-se mais pela alteração planimétrica da planta das casas, a animação das fachadas com vãos dispostos em simetria, pela marcação dos eixos centrais portal-janela

11 – Casa do Capitão Freire

Localizado no Largo Ossónoba e Rua da Presa, de fachada sóbria, em estilo chão, terá resultado de uma ampliação de casa pré-existente e seu avanço sobre o Largo ou Rossio. A nova construção terá sido realizada no primeiro quartel do séc. XIX pelo homem que lhe deu o nome. É dotada de uma longa extensão de vãos de portas e janelas em pedra e por um conjunto de altos degraus para acesso à

habitação. O alçado lateral que confronta com a Rua do Pé da Cruz apresenta ainda uma interessante janela com portadas de reixa. A construção inicial, ainda integrada e de forma perceptível no edifício actual, já era possuidora de um lagar de azeite, mencionado em descrição do séc. XVI e que só foi desactivado em 1971. A família Freire tomou partido pelos Liberais durante a Guerra Civil e em 1833 a guerrilha dos Absolutistas Estoienses assaltou-lhe a casa, fez prisioneiro o seu único filho e concretizou o seu fuzilamento em Loulé, sem julgamento prévio. Em consequência desse acto vil o Capitão Freire e sua esposa abandonaram Estoi e venderam a casa, adquirida para habitação do Cónego da Sé de Faro, um Estoiense nascido ao cimo Rua do Pé da Cruz, de nome António Bernardo. Os seus herdeiros fraccionaram-na em duas habitações distintas, o que no entanto não lhe tirou as características.

12 – Casa dos Paulas

Localizada também na Rua do Pé da Cruz (nº44), terá provavelmente sido adquirida e renovada na década de trinta, pelo Padre Francisco de Paula Xavier Patrão à família Carvalhal e posteriormente cedida na década de quarenta ao seu afilhado de batismo Francisco de Paula Brito (dos Brito Simões sediados, de há muito, no quarteirão seguinte desta mesma rua) a quando do seu casamento com Bárbara Rosa Palermo de Faria, prima do reverendo padre pelo lado de sua mãe, Ana Rosa Patrão Nunes de Faria.

Começou por ser uma casa térrea no final do séc. XVIII e foi ampliada de um 2º piso em meados do séc. XIX, por Francisco de Paula Brito, o qual se tornara homem de largas posses e figura de grande destaque no concelho, ocupando durante largos anos o lugar de vereador e até temporariamente de Presidente da Câmara de Faro. Foi berço de sucessivas gerações de Paula Brito, a quem ainda pertence, passando a ser conhecida pelo nome "Casa dos Paulas".

Constitui em termos tipológicos uma excepção às demais casas da aldeia dessa época, enquadrando um esquema organizacional e funcional complexo, de métrica muito regular, com sala de entrada (casa de fora), escritório e sala de visitas na frente principal da casa, espelhando na parte posterior o mesmo esquema, ocupado pela cozinha, sala de jantar e dois quartos. A métrica repete-se no piso superior, que embora esteja interligado com o piso térreo, tem também porta entrada independente frente à escadaria de acesso aos altos (1º andar). Mantém actualmente a compartimentação, portas e bandeiras de portas originais, sendo a única da aldeia que ainda conserva as janelas de guilhotina de meados do século XIX. O seu telhado original, corrido, de quatro águas, a quando de uma intervenção de reparação de estragos do tremor de terra de 1967, foi substituído por uma laje em betão e um terraço.

Durante as quatro primeiras décadas do séc. XX, albergou no 1º andar a escola primária feminina da aldeia, até à construção de edifício próprio para a mesma.

12 - Casa da Farmácia

Mandada construir por David António de Brito no final do séc. XIX, esta elegante casa de dois pisos localizada no Largo Ossónoba, que poderá ser integrada dentro de um estilo romântico tardio, tem particularidades que a destacam. Planta rectangular, com cantos de planta convexa, massas dispostas em vertical em dois pisos, cobertura homogénea com telhado de quatro águas. Fachadas delimitadas por cunhais e pilastras, socos, frisos divisórios dos pisos, cimalkhas e platibandas. Os vãos de todas as suas portas e janelas, possuem cantarias de verga trilobada, que se arredondam nos cantos da casa, movimento este que é acompanhado pelas caixilharias de madeira e vidros, no andar nobre é dotada de sacadas guarnecidas de grilhagens de ferro fundido e a porta de entrada principal da habitação, em madeira trabalhada pertenceu ao edifício dos Paços do Concelho de Faro, antes da intervenção concretizada nos anos trinta visando dar-lhe um aspecto mais clássico, ao gosto do Estado Novo. Para além disso, é possuidora de um passadiço concretizado nos anos trinta, que a interliga por cima do arruamento público, com uma segunda parte da habitação do outro lado da rua. Tem nela instalada, desde 1937, a Farmácia Ossónoba propriedade da família, cuja direcção técnica tem sido sempre assegurada por senhoras da mesma, a primeira das quais foi a primeira licenciada da freguesia e das primeiras do concelho (1932).

13 – Casa de Epaminondas de Brito

Conjunto característico da casa de agricultor abastado do Algarve, constituído pela habitação dos proprietários e várias outras edificações de carácter rural, nomeadamente arrecadações de alfaias agrícolas, armazém de produção, estábulos de animais, adega e pequena horta de apoio à casa. Localizado na Rua do Pé da Cruz, foi construída no último quartel do séc. XIX por Epaminondas Simões de Brito Carrajola, Estoense, que foi vereador e vice-presidente da Câmara Municipal de Faro. Apresenta o cunho arquitectónico regional das chamadas casas de fachada, com platibanda decorada com motivos de massa e vãos dotados de bonitas cantarias de pedra lavrada. Foi recentemente adaptada a fins turísticos pelos seus actuais proprietários, cidadãos estrangeiros residentes, apresentando-se como um conjunto de apartamentos, dotados de piscina e outros equipamentos comuns, assumindo o nome de Quinta do Pé da Cruz.

14 – Casa do Coronel Esquível

Localizada na Travessa com o mesmo topónimo da casa, trata-se de mais uma casa característica de agricultor abastado do Algarve que vivia em centro urbano, em que a habitação possuía um pátio murado, rodeado de uma série de anexos adequados a arrecadação de alfaias, apetrechos agrícolas, factores de produção e armazenagem de produções, estábulos, pocilgas e galinheiros. Trata-se da casa onde nasceu o ilustre Estoiense, Coronel David António Esquível e todos os seus filhos, que se notabilizaram em diferentes ramos de actividades profissionais, nomeadamente o que seguindo a carreira militar como seu pai, terá atingido o posto de general do Exército. Datada de meados do século XIX, a habitação principal terá sido acrescentada de um segundo piso, no início do século XX.

15 – Casa do Poeta Emiliano da Costa

Localizada junto da Igreja do Pé da Cruz, datada de meados do século XIX de Brito Simões, foi a casa onde viveu a Poeta desde 1915, após se haver casado com a neta do promotor da sua construção D. Isabel de Brito, na terra que escolheu para desenvolver a sua actividade profissional de médico. Nela escreveu a grande maioria dos seus livros, que nomeadamente retratam a vida rural do Algarve até meados do século XX e nela recebeu, ao longo de décadas, as mais ilustres personagens da cultura que passaram pelo Algarve de seu tempo. Trata-se de um prédio térreo constituído pela parte da habitação principal, armazéns, estábulos, pátio de serviço e espaço ajardinado, interligado com uma quinta. De assinalar o cuidado que a D. Idília Rosa, sua governanta em vida e mais tarde sua herdeira, coloca na preservação de todo o espólio de pintura e livros, coleccionado pelo “Senhor Doutor”, proporcionando o aparecimento da futura “Casa Museu Poeta Emiliano da Costa”, digno de louvor.

16 - Casa de José Palermo de Faria Lopes - “Casa de Estoi”

Construída em 1900, por iniciativa de José Palermo de Faria Lopes e ampliada por seu cunhado Joaquim Belchior em 1930, esta casa fronteira à Igreja Matriz de Estoi, na praça que constitui o centro cívico da aldeia, é como que um cartão de visita da mesma. É um edifício enquadrável no que podemos chamar de casa de fachada, de características burguesas, com dois pisos, delimitada por cunhais, pilastras, soco, friso divisório dos pisos, cimalha e platibanda, esta última exuberantemente ornamentada com trabalhos de massa geométricos e pilares com pilastras e frontão decorado de massa, a marcar o eixo do corpo primitivo. Possui 14 vãos emoldurados de cantarias, de vergas curvas, com ressalto ornamentado na tarte central e telhado de 4 águas. É composta por dois corpos delimitados

por pilastras rematadas por vasos cerâmicos. No andar nobre os vãos são todos de portas-janelas, com guardas e sacadas de ferro forjado. Propriedade, desde a época da sua construção, da família Lopes Belchior foi há poucos anos adaptada ao turismo, numa intervenção muito bem conseguida, que não lhe retirou o carácter e recebeu a classificação de Casa de Turismo Habitação, só dada a solares e outras casas consideradas apalaçadas.

De destacar as bonitas abóbadas dos seus salões com o tijolo à vista, as antigas adega e casa de arrumos, adaptadas a bar e salas de jogos e o pátio traseiro de carácter mediterrânico, onde foi construída uma piscina adequada aos novos usos turísticos da casa e o bom gosto da decoração concretizada com mobiliário de época.

18 – Casinha da Rua do Jardim

Localizada na Rua do Jardim, esta pequena casa de dois pisos com uma área de implantação de 20 m², apresenta ainda a configuração constante do desenho do Palácio e aldeia existente na Torre do Tombo, com excepção do telhado de 4 águas substituído por terraço e platibanda, o que permite datá-la do séc. XVIII.

